

MAPA DE RISCOS: O objeto da presente licitação é o registro de preços para a futura e eventual aquisição de 1.000 (mil) cestas básicas prontas e montadas, além de gêneros alimentícios congelados (frango) para distribuição conjunta, destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Bom Jardim de Goiás/GO.

Nº	Risco	Causa	Impacto	Probabilidade	Grau de Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Responsável
1	Interrupção no fornecimento	Falta de estoque, problemas operacionais ou financeiros da contratada	Comprometimento da segurança alimentar das famílias assistidas; prejuízo à execução das ações de proteção e assistência social do município; risco de agravamento da situação de vulnerabilidade e insegurança nutricional da população; e descumprimento da finalidade pública da emenda parlamentar vinculada.	Alto	Alto	Alto	Exigir comprovação de capacidade técnica; prever penalidades contratuais; monitorar regularmente o fornecimento e consumo	Gestor e Fiscal da Ata
2	Oscilação significativa de preços	Variações de mercado dos gêneros alimentícios e demais	Desequilíbrio econômico-financeiro e impacto orçamentário	Alta	Médio	Médio	Definir critérios objetivos de reajuste/reequilíbrio; acompanhar preços de mercado	Setor de Compras e Controle Interno
3	Fragilidade nos critérios de triagem, falhas no fluxo de entrega ou falta de sistemas de controle	Inexistência de um sistema informatizado integrado ou de fluxos operacionais consolidados na	Prejuízo financeiro direto ao patrimônio do município decorrente da perda física de alimentos, pagamentos indevidos ou inconformidades que gerem a rejeição da	Média	Médio	Médio	Implantar sistema de controle: Adotar planilha digital ou sistema de estoque para registrar a entrada das cestas e a saída por CPF/NIS do beneficiário.	Departamento de Compras / Controle Interno

integrados, resultando em desvio de finalidade na entrega dos benefícios.	Secretaria de Assistência Social para rastrear o recebimento, o estoque e a entrega das cestas básicas vinculadas à emenda	prestação de contas do Processo nº 202600005009201.				Exigir requisição formal: Liberar as entregas apenas mediante Ordem de Fornecimento oficial emitida pelo município e com relatório de triagem da Assistência Social. Realizar auditorias periódicas: Promover fiscalizações amostrais pela Controladoria Interna, cruzando Notas Fiscais pagas com os recibos assinados pelas famílias	Comissão de Contratações / Fiscal da Ata
4 Danos ambientais decorrentes	Armazenamento inadequado ou falha estrutural do fornecedor	Geração excessiva de resíduos; aumento da emissão de poluentes; maior pressão sobre aterros sanitários	Baixa	Alto	Médio	Priorizar produtos sustentáveis; exigir controle de estoque; incentivar embalagens recicláveis; planejar logística eficiente; promover educação ambiental	

Após a identificação e análise dos riscos relacionados ao Registro de Preços para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de 1.000 (mil) cestas básicas, verifica-se que, embora existam eventos que possam impactar a execução contratual, todos são plenamente administráveis mediante a adoção de medidas preventivas adequadas, fiscalização contínua e planejamento eficiente por parte da Administração Pública Municipal e da Secretaria de Assistência Social.

A análise demonstra que os riscos classificados como de maior relevância estão diretamente ligados à regularidade na entrega dos alimentos, ao controle rigoroso de distribuição e à preservação do equilíbrio econômico-financeiro frente à rigidez orçamentária do recurso vinculado da emenda parlamentar. Entretanto, com a exigência de qualificação técnica da empresa, previsão clara de penalidades, monitoramento do estoque por CPF/NIS dos beneficiários e cruzamento de dados com o Cadastro Único, tais riscos podem ser mitigados de forma plenamente satisfatória.

Observa-se ainda que os riscos de natureza operacional e fiscal foram devidamente mapeados, evidenciando a preocupação da Administração com a economicidade, a transparência e a correta aplicação das verbas públicas. A implementação de controles internos rígidos, a exigência de Ordens de Fornecimento oficiais e a realização de auditorias periódicas pela Controladoria Interna reforçam o compromisso com a eficiência administrativa e com a lisura na prestação de contas do Processo nº 202600005009201.

Dessa forma, conclui-se que o objeto pretendido apresenta total viabilidade técnica, jurídica e administrativa, sendo os riscos identificados compatíveis com a natureza da contratação e controláveis por meio das medidas propostas, garantindo o amparo humanitário às famílias em situação de vulnerabilidade social, a segurança jurídica do procedimento e a adequada execução da futura Ata de Registro de Preços.

Bom Jardim de Goiás, 11 de setembro de 2026.

Suzie R.L. Navarini
SUZIE RODRIGUES LIMA NAVARINI
Secretária Municipal de Promoção Social